

Arinos afasta hipótese de dissolução do Congresso

A dissolução do Congresso, um dos principais dispositivos dos sistemas parlamentaristas, não constará da proposta do Presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos. Ele acredita que a Constituinte não aproveitará o anteprojeto da nova Constituição se nele constar esta determinação, "Considerada um terremoto político no Brasil".

Arinos pretendia ontem em debate na Comissão a sua tese de parlamentarismo à francesa, mas as cinco horas de discussões sobre métodos de trabalhos e de seleção de temas acabaram vencendo-o pelo cansaço. Ele admitiu que a dificuldade maior para aprovar o parlamentarismo em sua essência, como sistema de Governo, residirá no fato de os Deputados não aceitarem novos gastos em dinheiro com mais uma eleição, isto na hipótese de dissolução do Congresso pelo Presidente da República. Tem a intenção de estudar uma fórmula alternativa para o problema.

Ele fez questão de frisar que nenhuma Constituição diz se um regime é parlamentarista ou presidencialista:

— O modelo inglês nunca foi escrito. Chamar um regime de parlamentarista não é uma solução vocabular jurídica, por que se trata de uma convergência de fatores. A partir da segunda Guerra Mundial observou-se a convergência, a participação.

Com relação à adoção do Parlamentarismo no Brasil, Afonso Arinos explicou como ele se daria: eleição direta do Presidente da República, seguindo-se um processo de colaboração entre o Legislativo e o Presidente da República para a indicação do Chefe de Estado. Este nome seria então indicado pelo Presidente e submetido à apreciação do Congresso.

— O Legislativo aceita o nome ou indica outro. Findo um determinado prazo, caso o Legislativo não se manifeste por maioria absoluta, o Presidente é obrigado a indicar outro nome.

Afonso Arinos destacou ainda a possibilidade de o Presidente da República gozar de uma "delegação legislativa", figura jurídica que lhe confere o direito de indicar o Primeiro Ministro, caso o Congresso não chegue a uma conclusão.



Baianos, escritores e membros da Comissão: Eduardo Portela conversa com Amado

Amado, ex-Deputado, não concorre mais: O que sei fazer é romance

"Não gosto de discursos, a tribuna não me encanta, o que sei fazer é romance". A esta observação, em tom bem-humorado, o escritor Jorge Amado, membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, acrescentou um aviso: "Não sou candidato à Assembléia Nacional Constituinte."

Para o escritor, que ainda se resente da experiência vivida quando integrou a Assembléia Constituinte de 1946 — ele se sentiu discriminado por pertencer ao Partido Comunista Brasileiro — "o Brasil avançou muito e isso certamente não se repetirá".

Da mesma forma que repudia a discriminação por motivos partidários ou ideológicos, Jorge Amado não admite que se negue a alguém o direito de lançar suas idéias, mesmo que em proveito próprio. E este o caso do Governador Brizola e de Lula, que querem eleição direta para a Presidência da República coincidindo com o pleito para a Assembléia Constituinte.

— No momento é fundamental para o Brasil uma Constituinte que resulte em leis que acabem de vez com o que ainda há de lixo autoritário — disse o escritor. — E claro que uma eleição para a Presidência neste momento iria causar uma certa perturbação. Mas o que não se pode é negar o direito de quem quer que seja defender as suas idéias, as suas pretensões.

Como integrante da comissão nomeada pelo Presidente Sarney, os maiores interesses de Jorge Amado se concentram nas discussões sobre questões sociais e no tratamento dos problemas ligados à cultura. Com relação à possibilidade de adoção de um governo parlamentarista, Jorge Amado diz que considera isso "uma coisa muito simples, nada mais do que a harmonia entre o poder do Executivo e o do Legislativo".

Na opinião do escritor, o mais importante agora é que a discussão sobre a Assembléia Nacional Constituinte seja levada até o povo brasileiro.

Cinco horas de debate cansam octogenário

O Presidente da Comissão provisória de Estudos Constitucionais, jurista Afonso Arinos, invocou ontem sua condição de octogenário e, alegando cansaço depois de cinco horas de discussões sobre métodos de trabalho, adiou para o final de janeiro do próximo ano o primeiro debate da Comissão sobre um tema específico — parlamentarismo e presidencialismo.

Antes mesmo de Arinos informar ao plenário o encerramento da reunião, realizada no auditório do 24º andar do Banco Central, no Rio, o acadêmico Eduardo Portela já havia deixado o local acompanhado do escritor Jorge Amado. Todos os integrantes da Comissão foram convocados por Arinos a estarem no Rio nos dias 15, 16, 25 e 26 de janeiro para um esforço concentrado no Hotel Glória, escolhido como o novo local dos comitês temáticos criados ontem.

A Comissão definiu apenas, na reunião de ontem, os temas que debaterá a partir de janeiro de 86. São, ao todo, dez: Princípios Fundamentais da Ordem Constitucional, Orga-

nização Internacional e Declaração de Direitos; Federação e Organização Tributária; Poder Legislativo e Organização partidária; Poder Executivo; Poder Judiciário e Ministério Público; Educação, Cultura e Comunicações; Condições Ambientais, Saúde, Ciência e Tecnologia; Ordem Econômica; Ordem Social; Defesa do Estado, da Sociedade Civil e das Instituições Democráticas.

Os integrantes da comissão têm oito dias para se inscrever nos comitês. O plenário aprovou, ainda, o acesso dos jornalistas a todos os debates e o projeto da Embratel que, através da teleconferência, permitirá às seccionais debaterem sem a necessidade de deslocamentos de seus integrantes ao Rio.

O clima da reunião, à qual estiveram ausentes Antônio Ermírio de Moraes, Luís Eulálio de Bueno Vidigal, Gilberto Freire, Cristovam Ricardo Cavalcante Buarque, Paulo Brossard, Rafael de Almeida Magalhães e o Padre Fernando Bastos de Avila, foi de extrema cordialidade e até mesmo de algumas brincadeiras.

Houve, entretanto, um pequeno incidente: o jurista Miguel Reale, coordenador da seccional de São Paulo, observou que algumas atribuições do Secretário-Executivo da Comissão, jornalista Mauro Santayana, estavam sendo desempenhadas pelo Secretário-Geral, Ney Prado. Ney Prado justificou sua ingerência em assuntos da Secretaria-Executiva dizendo que isso se deveu ao "passeio" que Santayana fizera recentemente à Europa. Santayana não gostou da explicação. Afirmou que realmente viajou para Madri nos últimos 15 dias, mas por determinação do Presidente José Sarney, do qual é assessor técnico.

O Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, disse que a Constituinte é no momento a grande esperança de melhorias da condição de vida do povo brasileiro. Ele entende que os eleitores devem ser orientados a escolher candidatos à Assembléia Nacional Constituinte que trazam realmente as expectativas ao povo e que de preferência não estejam comprometidos com governos do período autoritário.

Borja, um parlamentarista convicto 'desde criança'

"Sou parlamentarista desde criança, e a favor de um parlamentarismo sem adjetivos". A afirmação é do ex-Deputado Célio Borja, segundo o qual, a exemplo de outros países, o Brasil deverá adaptar o parlamentarismo às suas peculiaridades, observando porém as regras gerais do sistema.

Da mesma forma que o jurista Afonso Arinos, Borja acredita que o grande obstáculo à adoção sem reservas do parlamentarismo reside no pressuposto de que nesse sistema a dissolução do Congresso é fato normal. "Ninguém gosta de ser dissolvido", comenta, dizendo logo em seguida que "há como resolver esta questão".

Governo lança debate sobre a Constituinte em Brasília

BRASÍLIA — A Constituinte do Distrito Federal preocupa o Governo. Junto com a Universidade de Brasília, pretende colocar em debate o tema "O Distrito Federal e a Constituinte", a partir de 9 de janeiro, quando será realizada a primeira reunião de professores universitários e representantes da comunidade e dos partidos políticos, para definir o que a

Capital espera da Constituinte.

O documento que servirá de base para as discussões foi feito pela UnB e lança a idéia de elaboração de uma Constituição para o Distrito Federal. Participarão das reuniões os 13 partidos já organizados na Capital: PMDB, PFL, PDS, PT, PDT, PTB, PRN, PCS, PC do B, PCB, PMN e PRP.